

DO NHEENGATU AO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

NANCI DA COSTA BATISTA *

Originária do latim falado pelos romanos na Península Ibérica, região onde hoje estão Portugal e Espanha, a Língua Portuguesa difundiu-se por todas as partes do mundo devido à expansão marítima de Portugal no século XVI.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, encontraram o tupi, língua das nações indígenas que aqui viviam. Rapidamente, portugueses e tupis-guaranis perceberam a necessidade de entrosamento. Com a mistura dos idiomas, veio a mistura das raças – muitas mulheres indígenas se casaram com colonizadores portugueses. Embora dominante, a língua trazida pelos portugueses foi enriquecida por inúmeros vocábulos indígenas que até hoje fazem parte de nosso léxico, como mandioca, Pindorama, Iracema, caipira, jararaca, abacaxi. Mais tarde, com a escravidão, os negros contribuíram com inúmeras palavras que também fazem parte de nosso vocabulário, dentre as quais moleque, samba, vatapá, angu e cachimbo.

No período da colonização, portugueses chegavam constantemente à colônia, vindos de várias regiões de Portugal e de diferentes classes sociais, cada qual com seu dialeto. Esses imigrantes motivaram considerável distanciamento entre o português lusitano e o português falado aqui, principalmente porque, como eram minoria, tiveram que aprender a língua indígena para poderem se comunicar. Essa mistura de idiomas e falares ficou conhecida como língua geral ou Nheengatu.

Observando a língua geral, Anchieta desenvolveu um trabalho de coleta e agrupamento de dados estabelecendo normas gramaticais que deram origem à Gramática da língua mais falada na costa do Brasil. Seu trabalho foi difundido e adotado como padrão da língua indígena permanecendo em uso até que a Lei do Diretório dos Índios (1757), iniciativa do MARQUÊS DE POMBAL, proibiu a língua geral em toda a colônia. Foi também responsabilidade de

* Professora de Língua Portuguesa, Bacharel em Direito, Técnico Superior Administrativo e Gerente de Pesquisas Institucionais do MP.

Pombal a expulsão dos religiosos do território brasileiro porque a coroa receava a formação de um estado jesuítico, com língua própria, sabedora de que os jesuítas priorizavam a língua brasílica em sua catequese e tinham domínio sobre grande número de indígenas.

A língua geral foi falada, durante os séculos XVII e XVIII, por tropas e missões que estabeleceram núcleos de povoamento no vale amazônico; usada não somente para catequese, mas no convívio diário e nas relações sociais até o século XIX. Levado principalmente pelos bandeirantes, o Nheengatu expandiu-se até a fronteira com o Peru e Colômbia e ainda hoje se mantém vivo não só como idioma usado na comunicação diária, mas como língua materna, sendo responsável, inclusive, pelo dialeto caipira que encontramos no interior do país. Por ser falado principalmente por iletrados, teima a gramática normativa em considerá-lo errôneo, mas pesquisas demonstraram que o dialeto caipira pode ser encontrado em textos arcaicos que, à época, eram considerados como as mais corretas formas do idioma.

Além do crescente número de portugueses que chegavam à Colônia, a vinda da família Real, a criação da imprensa brasileira e a fundação da Biblioteca Nacional acabaram por fomentar o uso da Língua Portuguesa no Brasil a partir da segunda metade do século XVIII, fortalecendo-a.

A política linguageira de POMBAL e a expulsão dos jesuítas do Brasil propiciaram a criação da primeira rede de ensino não católica na qual era obrigatório o ensino da língua portuguesa. Como eram poucas as pessoas que podiam frequentar as escolas, presume-se que, nos lares, em reuniões informais e no dia a dia a língua geral continuava a ser falada.

Mas o sentimento nacionalista de independência política e econômica adquirido no período romântico despertou o desejo de criação de uma literatura nacional, que veio a se intensificar em 1922 com a proposta modernista.

Após a independência do Brasil, os imigrantes (alemães, japoneses, sírio-libaneses e italianos) que aqui chegavam traziam grande contribuição ao léxico e variações de pronúncia que encontramos principalmente na região sul do país.

Com o incremento da tecnologia ocorrido no século XX, alguns termos, ao se incorporarem à Língua Portuguesa, adquiriram escritas diferentes distanciando os falares de Portugal e Brasil.

Da grafia fonética (escrevia-se como se falava) que prevaleceu até o século XVI em Portugal até nossos dias, muitas modificações sofreu nosso idioma.

Em 1911, Portugal implementou a primeira reforma ortográfica. Como não houve acordo com o Brasil, a ortografia ficou bastante diferente nos dois países.

Inconformadas, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras tentaram um primeiro acordo firmado em 1931. Publicada em

Portugal em 1940 e no Brasil em 1943, essa proposta apresentava acentuada diversidade entre o vocabulário do Brasil e o de Portugal. Na tentativa de amenizar o problema, a Convenção Luso-Brasileira elaborou o Acordo Ortográfico de 1945. Como não foi ratificado pelo Brasil, nossa ortografia continuou seguindo o Formulário Ortográfico de 1943.

Novo acordo originou, no Brasil, a Lei nº 5.765 de 18 de Dezembro de 1971 aproximando as ortografias, não sendo, contudo, ratificado por Portugal. Essa padronização sanou cerca de 70% das divergências ortográficas entre os dois países. Com essa reforma, foi eliminando o acento da subtônica dos vocábulos formados com o sufixo *-mente* ou iniciados por *-z* (*sòmente*, *sòzinho*).

Houve outras tentativas, inclusive a descabida proposta de eliminar o acento das proparoxítonas. Caso fosse aceita, seria difícil a distinção entre alguns substantivos e verbos, como *fábrica* e *fabrica*; *médico* e *medico*; *náufrago* e *naufrago*. Como a tendência dos falantes da língua portuguesa é transformar todas as palavras não acentuadas em proparoxítonas, a supressão do acento das esdrúxulas poderia ocasionar a pronúncia de palavras, no mínimo, constrangedoras.

Finalmente, no Brasil, o Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, confirmou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa aprovado em Lisboa em 1990.

Desde janeiro de 2009, as editoras brasileiras, bem como os meios de comunicação passaram a adotar a nova ortografia, que se tornará obrigatória a partir de 2012.

São 8 os países lusófonos, aqueles que reconhecem o português como língua oficial: Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

A língua portuguesa é o quinto idioma mais falado no mundo, sendo a terceira no ocidente. Acredita-se que 250 milhões de pessoas no planeta falam Português; 80% desse total somente no Brasil. Devido a esse imenso contingente de falantes da língua portuguesa, os países do MERCOSUL estão obrigados a adotar o português como disciplina nas escolas. Há, ainda, regiões onde nosso idioma é falado por parte da população, como Macau (sul da China) e Goa (na Índia).

Timor Leste, depois da independência, passou a considerar o português como língua oficial, embora o tétum, juntamente com outras 15 línguas, seja falado pela maioria da população. O país, localizado na Oceania, ainda não ratificou o Acordo.

Embora o português seja a língua oficial de Angola, 50% da população usam paralelamente línguas nativas. Cerca de noventa dialetos são encontrados no país, sendo o umbundu, o kikongo, o chokwe-lunda e o kioko-lunda os principais. Há, ainda o pretoquês, como é conhecido um falar crioulo originá-

rio da mistura do português com as línguas nativas. Angola ainda não ratificou o Acordo, mas criou comissões para discutir as estratégias que serão usadas.

Em Cabo Verde, o português é usado para a escolarização, pelos meios de comunicação, nos documentos oficiais, mas, na comunicação diária, a população utiliza o caboverdiano, idioma nascido da mistura do português arcaico com as línguas africanas. Mesmo tendo ratificado o acordo, ainda não decidiu por quanto tempo a antiga grafia será aceita.

Também na Guiné-Bissau, metade da população se comunica por meio de dialetos, como o de Bissau e o de Cacheu. Como o país recebe imigrantes de países de língua francesa devido a sua localização geográfica, podemos considerar o francês, depois do crioulo, a língua mais falada na Guiné. É muito pequena a percentagem da população que usa o português como língua oficial, que fica restrito à zona central e comercial da capital.

Em Moçambique, outro país que não ratificou o Acordo, a população também utiliza línguas africanas na comunicação diária. As línguas do grupo Bantu, como o emakhuwa, o xichangana e o elomwe são as mais faladas. O último censo mostrou que o português é usado por quase metade dos moçambiquenses.

Assim como os demais países africanos, São Tomé e Príncipe, além do português, fala o crioulo de origem portuguesa. Os principais dialetos crioulos usados pelos são-tomenses são o forro, o angolar e o monco. O português usado normalmente pela população contém características do português arcaico, sendo o português europeu usado pelos políticos e pelas classes privilegiadas. Assim como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe não determinaram prazo para validar a nova ortografia.

Portugal, de onde se originaram as manifestações para a mudança, não está preocupado em implementar o Acordo, talvez porque tenha prazo até 2014 para fazer a adaptação.

No Brasil, cresce o número de vozes que se levantam contra o Acordo Ortográfico. Compõem essa lista jornalistas, escritores e gramáticos. Todos concordam que a língua é do povo, que nenhum governo, nenhuma academia conseguirá impor regras que a população não aceite.

O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa pretende unificar a ortografia dos países que têm o Português como língua oficial, porém jamais eliminará as divergências fonéticas e semânticas existentes.

Não é de agora, por exemplo, a discussão sobre o emprego do hífen, agravada pelas novas regras impostas pelo Novo Acordo. Mesmo pretendendo promover a simplificação no uso do hífen, o assunto ainda provoca rixas intestinas. O texto do novo acordo determina a exclusão do sinal em casos

especiais, quando o termo já for consagrado pelo uso. Explica que a palavra poderá ser aglutinada quando “se perdeu, em certa medida, a noção de composição”. Ocorre que essa noção varia de acordo com cada país que utiliza o idioma. As regras gramaticais devem ser amparadas por critérios linguísticos objetivos para que tenham credibilidade e possam ser aplicadas sem receio de se tornarem ineficazes.

Pelas novas regras, dispensa-se o hífen nas palavras compostas por prefixo quando esse termina por vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente (extraescolar, autoestrada). Da mesma forma, quando o segundo elemento começar por *r* ou *s*, caso em que a consoante deverá ser dobrada (minissaia, contrarregra).

Por outro lado, a nova ortografia prevê a colocação do hífen nos compostos formados por substantivos, adjetivos, numerais ou verbos (tenente-coronel, guarda-noturno). Observa, contudo, que nos casos em que se perdeu a noção de composição, essas palavras deverão ser aglutinadas (girassol, paraquedas). Difícil, para não dizer impossível reconhecer os casos em que as regras deverão ser aplicadas.

Cada país possui uma característica própria para o uso do idioma, utilizando dialetos ou palavras adquiridas de outras línguas.

A proposta de uma nova ortografia traz a incerteza de sua aplicabilidade. Se a maioria da população brasileira ainda não assimilou as antigas regras ortográficas, certamente ignorará as novas e o Novo Acordo será apenas mais uma tentativa de unificação.

A decisão de Portugal querer impor sua língua deveria nos incentivar a corrigir a injustiça praticada contra o nheengatu e consagrarmos nosso falar como língua brasileira, idioma só nosso, com total independência linguística. Uma língua com a cara do Brasil, que retrate nossa realidade sociocultural e que seja fiel ao falar que o brasileiro escolheu. Nenhum país evolui de forma idêntica. As diferenças ortográficas entre os dois idiomas são visíveis e tornar-se-ão cada vez mais distintas a despeito de qualquer tentativa de aproximá-las.